

ADOÇÃO E MITO: OS DESTINOS DO “MITO FAMILIAR” NA CENA DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA. ESTUDO A PARTIR DE UM CASO CLÍNICO DE ADOÇÃO NA FRANÇA ATUAL

Claudine Veuillet Combier e Gabriel Binkowski

Claudine Veuillet
Combiér

Universidade de
Angers, Faculdade
de Letras, Línguas e
Ciências Humanas,
Departamento de
Psicologia, Angers,
França.

Gabriel Binkowski
Universidade Paris
13 (Sorbonne Paris
Cité), Unidade
Transversal
de Pesquisa
Psicogênese e
Psicopatologia,
Paris, França.

RESUMO: Um projeto de paternidade conjugal se vê por vezes impedido em razão de esterilidade ou de hipofertilidade, conduzindo assim o casal a iniciar o processo de uma adoção. Nesse contexto, tornar-se pai toma vias pouco habituais, o que alimenta um imaginário partilhado do qual emerge toda uma cadeia de representações e sonhos em torno do filho adotivo. Propomos, neste artigo, uma reflexão atrelada à exploração das questões psíquicas conjugais e familiares mobilizadas quando de uma filiação adotiva, ocorrida na França. Trata-se de pensar como, “entre mito e realidade”, se organiza a construção do laço entre pais e filhos.

Palavras-chave: adoção; mito; criança salvadora-salva; família.

ABSTRACT: Adoption and myth: the destiny of the “family myth” in the contemporary family scene. Study from a case of adoption in France today. A marital paternity project is sometimes hindered due to sterility or low fertility, leading the couple to begin an adoption process. In this context, the pathway to parenthood may be unusual, which feeds a shared imaginary from which a whole chain of representations and dreams around the foster child emerges. In this article we propose a reflection linked to the operation of psychic marital issues and family mobilization in a case of an adoption that took place in France. We consider how, “between myth and reality”, the bond between parents and children is organized.

Keywords: adoption; myth; savior-saved child; family.

INTRODUÇÃO

A evolução de nossa sociedade contemporânea acarreta uma transformação da estrutura de composição familiar e chacoalha os antigos padrões ao introduzir novos modos de acesso à parentalidade. Esses novos modos são bem aceitos em certos países e culturas, mesmo que, por vezes, provocando acaloradas discussões. Na sociedade francesa, uma prova recente disso foi o tenso debate sobre o “casamento para todos” (*mariage pour tous*, slogan em francês), que agitou amplamente as mídias francesas até sua aprovação legislativa em 2013. A propósito disso, podemos observar que foi sobretudo a questão da adoção de crianças por casais homossexuais, prática até então desautorizada, o que causou a maior parte da efervescência. Em termos regulamentares, as regras jurídicas francesas estipulam que todo casal, a partir de dois anos de casamento, pode pleitar uma adoção legal. Faz-se a ressalva que, qual seja para a adoção uma criança francesa ou estrangeira, é imperativamente necessário que cada casal passe por uma avaliação psicológica e social a fim de atestar as condições demandadas para o bom acolhimento de uma criança.

Mas, no que diz respeito ao “casamento para todos” na França, a discussão tornou-se altamente passional, posto que tal debate criou alicerces para colocar no centro da cena social a necessidade de repensar e redefinir a noção de família. Diante disso, interrogações como “o que é ser um pai?”, “quem pode reivindicar tal lugar?”, “o que quer dizer ser um pai ou uma mãe?”, entre outras, foram alçadas ao coração da cena do teatro social e midiático. Tais questões tornam-se cada vez mais atuais por conta também dos progressos tecnológicos da medicina, visto que possibilidades — como a inseminação artificial através da doação de esperma e de óvulo, e da gestação de substituição, para citar apenas algumas — são aberturas tecnológicas oferecidas pela procriação medicamente assistida e também obrigam a revisitar as bases que nos fundam em nossos laços sociais. Assim, uma das primeiras constatações é a de que sexualidade, procriação e parentalidade podem ser doravante dissociadas. Ora, tal dissociação altera nossas representações mais arraigadas do que constitui o engendramento de uma família, gestando, por conseguinte, interrogações étnicas, políticas e psicológicas.

No cerne das mutações familiares que marcam o coração de nossa sociedade atual, nota-se o desabamento de alguns mitos, tanto quanto a assunção de novos. Nós iremos, mais precisamente, nos deter nesta questão através da abertura provocada, ou exigida, pela temática da filiação adotiva. Com efeito, os objetos psíquicos e familiares mobilizados quando de uma adoção são bem específicos e abrangem um imaginário compartilhado entre a criança e seus pais. Esse imaginário comum alimenta, entre “mito e realidade”, a construção de um laço.

Além do mais, a temática do “familiarismo redescoberto”, como já avançara há alguns anos Elisabeth Roudinesco (2003), parece se fixar como canteiro de

trabalho fixo para clínicos e profissionais do cuidado psicossocial: trata-se aparentemente de uma dialética entre vontade de integração de antigas minorias (como os homossexuais) e uma revisitação socialmente estendida da noção de “laço familiar”, o que se faz presente no coração de qualquer tentativa de compor uma família, ou mesmo de estudá-la ou de intervir em seu funcionamento. Ainda, como já teorizou Jacques Lacan a propósito da função do complexo familiar na formação do indivíduo (1938/2001), a família não apenas provê a primeira educação, a repressão instintual e a aquisição da língua dita materna, mas também estabelece entre as gerações uma continuidade psíquica cuja causalidade é de ordem mental, de onde nosso interesse de, em um primeiro momento do texto, introduzir o mito como um dos dispositivos por meio do qual esse efeito da família é continuamente exercido, ao longo de gerações e em contextos sociais mutantes.

MITO E FAMÍLIA

Num plano identitário, parece ser realmente essencial sublinhar a importância da função do mito, tanto de um ponto de vista individual, como coletivo. Uma das missões do mito é a de ser um dos operadores psíquicos do tratamento da realidade. Assim sendo, o mito oferece uma leitura do mundo que permite a resolução do inevitável enigma imposto pelo real. Lévi-Strauss indica que o mito é atraído pelo sentido (LÉVI-STRAUSS, 1971). De fato, o mito abre uma perspectiva de sentido que apresenta, ainda, a vantagem de ser plural. O mito possui, portanto, um caráter polissêmico, o qual o aproxima muito do sonho. Aliás, ambos, mito e sonho, apresentam outros pontos em comum, como um profundo balizamento pelas vias do imaginário na produção de narrativas. Freud sublinha tal entrelaçamento ao escrever que “parece possível transpor a concepção psicanalítica do sonho a produtos do imaginário popular, como os mitos e as lendas” (FREUD, 1913). O mito se banha nos desejos e angústias mais nodais da experiência do viver, fazendo parte da realidade em toda a sua substância. Posto isso, ressaltamos um efeito principal do mito: ele propõe respostas a questões inesgotáveis, como aquelas que dizem respeito ao mistério da vida e da morte, o sentido do universo etc. O mito reencena paixões, amores, cólera, raiva e sofrimentos.

Eiguer salienta a função calmante do mito: o mito ajuda a resolver contradição, a ultrapassar o sofrimento (EIGUER, 1983). Ou seja, o mito trabalha com vistas a acalmar os tormentos. Deve-se a isso adicionar que o mito nos fascina com suas alegorias e histórias altamente simbólicas, e isso, o fascínio com o que se conta e é contado, acaba por assumir uma função narrativa muito potente. Uma das funções mais discutidas no âmbito da antropologia é, com efeito, a da

eficácia simbólica, hipótese explicativa levantada por Claude Lévi-Strauss para sublinhar como o indivíduo experimenta e vive os efeitos da função narrativa de dispositivos mágico-sociais, como encantamentos, magias e outros procedimentos de realinhamento do psicológico com o orgânico (LÉVI-STRAUSS, 1949). O importante, porém, é que há nesse tipo de procedimento um uso de elementos simbólico-imaginários culturais e sociais que produzem efeitos no cerne da singularidade de um sujeito.

Nós podemos, então, considerar que o mito se apresenta como um alicerce de história e, mais além, como um alicerce mesmo da memória. Ele é um propulsor de laços. Por conta disso, o mito testemunha crenças e teorias explicativas coletivas que constituem um patrimônio comum e fonte de pontos de referência. O mito circula entre indivíduos e gerações; ele se transmite, acimentando tanto os laços sociais mais largos, quanto os laços conjugais, familiares e ancestrais.

A psicanálise, por sua vez, também se interessou pela noção de mito, tendo especialmente Freud e seu mito de Édipo como um dos principais pilares da constelação teórica psicanalítica. Aplicando a teoria psicanalítica ao grupo e à família, sucessores, como Rank, Jung, Adler e Roheim, para citar apenas alguns, também colocaram em evidência a importância do mito como uma formação psíquica coletiva nodal para processos como a figuração e a simbolização. A psicanálise se interessaria inicialmente pelo mito grupal e, em seguida, e de forma mais complexa por conta da terapia de base psicanalítica com famílias, pela noção de mito familiar. Um dos pilares disso é a caracterização dos laços estreitos que nutrem mito familiar e fantasma individual, ressaltando sempre que os dois não se confundem, apesar da sobreposição de certas zonas libidinais ser uma constante.

Didier Anzieu (1978), psicanalista francês, formulou: tanto não há sociedade sem mitos ou fantasmas, assim como não se pode falar em indivíduo sem fantasma. André Ruffiot acrescenta, mantendo a mesma coesão conjectural, que o mito é no grupo o que o fantasma é para o indivíduo. Ainda, o mesmo autor insiste na ideia de que “a família engendra o mito”. Tal noção convoca, aliás, um ponto teórico sustentado por Jean Laplanche (1987, p. 57-8), o qual considera o indivíduo como sendo por definição um “mitisante”, ou até mesmo um “auto-mitisante”. Sendo assim, da mesma forma, nós podemos nos questionar se a família não é, em sua essência funcional, “auto-mitisante”, ora, se ela não é constantemente constrangida a se inventar, a se auto-engendrar. A perspectiva que aqui evocamos com Laplanche é a de que, evidentemente, o passado acaba por ser mitificado, sobretudo no que diz respeito ao que se passa num processo psicanalítico, seja na clínica propriamente dita quanto em uma investigação teórica. Contudo, e bem o salienta Laplanche, a história e os mitos que são objetos da psicanálise não nascem “dentro” da psicanálise, mas no próprio movimento

histórico de uma criança, de uma mãe, de um pai. Em suma, há todo um “movimento do ser humano por si mesmo” (LAPLANCHE, 1987, p. 62) que consiste em reinvestir a via psíquica com todo o seu estofo de motivações inconscientes e sexuais. Com efeito, a psicanálise se aventura com e através deste movimento. Dada a sua importância, o chamado “mito familiar” não escapa a tal princípio.

Além disso, o “mito familiar” é um conceito também muito empregado pela corrente teórica sistêmica da Escola de Palo Alto, um ponto de vista teórico que ainda é bastante levado em conta na Europa, participante principalmente das reflexões de diferentes correntes da psicologia social. Mais precisamente em 1963, Antonio Ferreira, terapeuta americano, começou a teorizar sobre o processo de homeostase no qual um grupo familiar se apoia por meio de representações em comum, de um sistema de crenças partilhadas, tanto explícitas como implícitas, caracterizando-se num princípio de lealdade. O mito familiar seria, finalmente, uma imagem na qual a família se constrói por si mesma e por meio da qual ela tenta se manter. Tal mito precisa o papel de cada um e alimenta o sentimento de pertencimento ao grupo familiar (NEUBURGER, 2011). Como partilhamos de um solo teórico psicanalítico, escolhemos não nos aventurar num trabalho que discutiria tal noção do ponto de vista da teoria sistêmica. Contudo, é preciso dizer que reconhecemos sua importância no diálogo com a psicanálise, em suas leituras da família contemporânea e de suas problemáticas, como a adoção internacional.

O MITO DA CRIANÇA SALVADORA-SALVA

Em suma, os mitos familiares corroboram uma invenção da família, mantendo, para isso, um caráter estrutural de ficção. Eles podem, portanto, ter uma função organizadora, permitindo de tal feita um trabalho de elaboração e de simbolização das questões psíquicas convocadas na cena familiar, sustentando maleavelmente uma identidade comum. Por outro lado, os mitos familiares podem também provocar certos efeitos patogênicos quando de sua cristalização. É na cristalização que eles se tomam objetos de certeza. A produção mítica familiar testemunha um trabalho de inter-familiarização em obra, apresentando ainda uma reserva de conteúdos psíquicos compartilhados, tanto num plano consciente quanto inconsciente. É importante, todavia, que ressaltemos que o mito familiar tem como sua fonte o mito conjugal. Um casal é ensejador de mitos, tanto que André Ruffiot insiste quanto a isso: “O casal, fruto do desejo recíproco, é lugar de idealização mútua tanto numa dimensão psíquica quanto física. É por isso que também podemos dizer que o casal é criador de uma pequena unidade mítica” (RUFFIOT, p. 153, tradução nossa).

Ainda, Ruffiot salienta que a dita pequena unidade mítica estaria “na origem do lar fantasmático onde se elaboram os mitos familiares” (RUFFIOT, p. 153, tradução nossa). Cabe dizer, finalmente, que se pode considerar o laço conjugal como matriz do mito familiar, pois ele articula a passagem de intrapsíquico a intersubjetivo. Por conta disso, em situações de adoção, os casais adotantes também recorrerão à fabricação mítica num emparelhamento imaginário, forjando-se consequentemente um “mito da criança salvadora-salva” (VEUILLET, 2001).

No que diz respeito ao que seria uma situação de adoção plena¹, uma dupla rede de referência parental é convocada: de um lado, os pais de nascimento; do outro, os adotivos. Temos então uma configuração plural que atualiza, para os casais adotantes, o romance familiar narcísico. Vale lembrar que Freud descrevera o romance familiar narcísico como esta fantasia pré-consciente construída pela criança quando ela descobre que seus pais não estariam à altura de suas expectativas e idealizações. Uma fantasia comum seria a de pensar em si como sendo um filho adotado. A construção do romance familiar permitiria aplacar um pouco da decepção face à frustração imposta pelos pais reais. Tal aplacamento se utilizaria da fantasia infantil onde a satisfação e a potência dos desejos é total. Formas comuns desse fantasma constróem-se por meio de uma fantasia onde o filho se imagina proveniente de uma família que o satisfaça narcisicamente, com uma filiação mais prestigiosa e pais dotados de grandes qualidades.

Sobre o romance familiar, Freud (1909) o aponta como alimentado por “fantasias diurnas”, que “teriam nessa idade a tarefa de afastar os pais desdenhados e de substituí-los por outros de classe social mais elevada. Essa fantasia se utiliza tanto de elementos reais encontrados furtivamente quanto de reelaborações sucessivas de certos desejos ou aspirações particulares da criança” (FREUD, p. 136, tradução nossa).

A projeção desse romance familiar permite que a criança escape transitoriamente da ferida narcísica provocada pelo confronto com a impotência. Frente a pais decepcionantes, que, comparados aos pais dos outros, mostram-se imperfeitos, a criança fantasia uma saída. De fato, quando os pais caem do pedestal onde haviam sido colocados pela criança em épocas mais primitivas de sua vida, o que resta ao jovem é tentar não ser vítima da mesma queda, isso porque o narcisismo da criança se apoia quase que exclusivamente no narcisismo parental.

Face ao desencantamento e à desilusão, e para escapar da ferida narcísica, a criança busca uma fuga imaginária através de uma tentativa de organização da clivagem das imagos parentais. Ela cria para si dois mundos, um do quotidiana-

¹ Há dois tipos de adoção na França: 1) a adoção simples, a qual se configura como uma filiação aditiva; 2) a filiação plena, o que constitui uma filiação substitutiva onde o laço legal com os pais biológicos é rompido. Essa ruptura é irrevogável e necessita ser de antemão julgada, visto que na certidão de nascimento da criança não mais constará a referência aos pais de sangue.

no, com pais imperfeitos que a teriam adotado, e um outro, de pais biológicos perfeitos e ilustres. A criança passa pela ficção de ter uma outra família para suportar a dura provação da realidade cuja elaboração se mostra tão tortuosa, realidade que não é outra que a do desencantamento narcísico.

Ora, no que diz respeito a uma filiação adotiva, encontra-se esta referência a uma parentalidade dupla, tal qual se apresenta no romance familiar. Essa coincidência conduziu Janine Noël a formular que “as crianças adotadas recebem o romance familiar em uma bandeja de prata” (NOËL, 1985, p. 28-9). É por isso que, em algum dado momento, particularmente durante a adolescência, elas podem se apoiar no ressurgimento do romance familiar para enunciar a seus pais adotivos que eles não são como seus “pais de verdade”. Todavia, essa ideia, a de que haveria de um lado os pais verdadeiros e, de outro, os pais falsos, participaria de uma operação de clivagem imaginária, visto que não se trataria de opor uns aos outros, mas de poder pensar um casal ao lado do outro, numa comparação. Contudo, numa perspectiva factual, a adoção plena substitui a filiação de origem pela filiação adotiva, resolvendo juridicamente a questão através de uma mistificação da certidão de nascimento da criança², onde os pais adotivos têm seus nomes escritos no local onde outrora estiveram os pais biológicos. De um ponto de vista psíquico, a situação é mais complexa. Para que a criança possa se constituir, ela deve ser capaz de elaborar seu duplo pertencimento familiar, sem conflito de lealdade e sem se proteger de forma durável atrás do romance familiar narcísico. O que entra em jogo para a criança adotada é a aceitação de seus pais atuais, que, da mesma maneira que seus pais do passado mítico, sejam pais ordinários, tendo tomado o lugar destes, mas que estejam ao seu lado, numa construção de história que se inscreva na continuidade.

Do lado parental, isso desperta o romance familiar narcísico de cada um deles, que acabaram por se conjugar num enquadre de partilha imaginária que provoca a decantação de um “mito da criança salvadora-salva”. Isso porque os pais se apoiam na existência de uma realidade de dupla referência parental, a fim de organizar uma clivagem de ímagos parentais na qual eles estariam do lado dos “bons pais” e, os outros, se apresentariam como “maus pais”. Os maus pais, os originais, teriam abandonado a criança. O cenário imaginariamente forjado é, portanto, o de uma ficção na qual eles seriam os “salvadores” da criança, oferecendo-na uma nova família que a ama, no lugar da família que abandona. Entretanto, se a criança adotada aparece como “salva”, ela é ao mesmo tempo “salvadora”, uma vez que ela permite a pais que, em muitos dos casos, confron-

² O documento francês correspondente à certidão de nascimento chama-se “l’acte de naissance”, que, numa tradução literal ao português, seria “o ato de nascimento”.

tados à esterilidade, possam mesmo assim ascender à parentalidade. A adoção engaja fundamentalmente uma operação com benefícios recíprocos.

O “mito da criança salvadora-salva” vem então prestar serviço às expectativas narcísicas de cada um dos pais e do casal como um todo, enlaçando-se com a nostalgia de questões basalmente atreladas ao romance familiar. Para além disso, a criança adotada é esperada também numa missão de salvamento, de resgate, no tocante à herança ancestral. Trata-se de uma missão de reparação narcísica que engaja as dívidas e contas a regradar para com a linhagem.

Com tais elementos, podemos enfim avançar e propor que o “mito da criança salvadora-salva” está sempre presente em um momento específico da construção imaginária que os pais tecem ao arquitetar o projeto de adoção. A questão que resta é a de saber qual será o destino deste mito. Ele tomará o caminho de ser uma função transicional ou se cristalizará e se tornará um discurso da verdade, bloqueando toda possibilidade de plasticidade fantasmática ao condenar a criança a não ser investida outramente que como objeto narcísico, ou reservando-lhe o lugar de desprezo de um ser cuja singularidade não pode ser reconhecida?

TÉO, A CRIANÇA ADOTADA: DÍVIDAS E CONTAS A REGRAR

Para tecer clinicamente o que fora exposto até aqui, discutiremos algumas questões emergidas a partir do encontro com uma família adotiva, essa recebida em um centro médico-psicológico para crianças na região do Pays de la Loire, na França. Este caso apresenta muitas das problemáticas encontradas de forma estendida por clínicos e profissionais do cuidado psicossocial na França contemporânea, onde questões relativas às dimensões interculturais agitam os debates teóricos do mundo psi.

Téo é um jovem garoto de 9 anos de idade de origem asiática, tendo sido adotado quando de seus 5 anos. Inicialmente, ele fora trazido ao serviço de acompanhamento psicológico em razão de um problema de ordem escolar e pedagógica. cursando a segunda série do ensino fundamental, Téo demonstra dificuldades principalmente na aprendizagem da matemática. Um exame de suas faculdades cognitivas havia sido realizado no ano precedente, dentro de um contexto escolar, indicando competências homogêneas e satisfatórias. Em outros aspectos de sua vida, Téo era descrito como uma criança discreta, até mesmo inibida, cuja única paixão seria o futebol. Esse esporte também faria parte das preferências de senhor F. O pai adotivo, contudo, jamais evocaria diretamente o gosto compartilhado com seu filho.

Téo se mostrou bastante retraído durante a primeira consulta. Qualquer tentativa de aproximação era logo anulada, pois ele rapidamente tomava integralmente a atenção de seus pais, parecendo mesmo querer monopolizá-los.

Apesar do esforço do psicólogo de dar a palavra ao menino, tal configuração cênica-sintomática permaneceu estanque e bem assentada no desenrolar do primeiro contato com a família.

A decepção dos pais de Téo aparecia de forma bem evidente. Com efeito, o casal parecia buscar um lugar de testemunho para elaborar a desilusão com a qual conviviam. O pai, senhor F., tinha um discurso bastante amargo. Ele repetia: “Espero que Téo consiga ter os diplomas que eu mesmo jamais pude alcançar”. Em seguida, ainda acrescentaria: “o problema é a mentalidade asiática; ele não nos contraria jamais, mas, no fundo, seu problema é que ele não faz nada por conta própria, mesmo que os chineses tenham essa reputação de serem trabalhadores”. Nossa recepção de tal sentença não poderia ter sido outra além do choque de escutar a assignação cultural na qual o senhor F. encerrava seu filho. Por outro lado, era o senhor F. que se mostrava prisioneiro de suas representações a priori e de suas próprias expectativas de reparação narcísica. No mesmo instante, Téo se concentrava em um desenho: um jogador de futebol com a bola nos pés, manifestando no papel seus esforços em manejar as identificações à figura parental. Ainda, o significante “conta” parecia desdobrar algo da dimensão fantasmática que se estendia entre pai e filho, tanto que as “contas” da matemática tinham sido o principal motivo da demanda de tratamento.

O senhor F. contaria que seu trabalho em uma usina consiste em manobrar uma empilhadeira, e que ele espera por um melhor futuro profissional para seu filho. Acrescentaria também que, com sua esposa, enfermeira, seus dividendos não seriam extraordinários, mas que, com bastante esforço, eles não hesitavam em pagar aulas particulares de reforço para auxiliar Téo. Tais aulas, porém, mostravam-se insuficientes. O pai ainda deixou escapar que os custos da adoção haviam sido bem elevados, a “conta” somando a viagem à China e um empréstimo para fazer um belo quarto para Téo na casa. Na atualidade, eles reiteravam fazer de tudo para oferecer o melhor, explica o senhor F., insistindo que ele tinha seus “sonhos” para Téo. A senhora F. confirma: “Queremos dar para ele uma bela vida, tivemos de ir buscá-lo na China para que ele tivesse uma nova chance em sua existência, mas ele sabe de tudo isso, nós nunca escondemos dele que ele é adotado”.

O senhor e a senhora F. narrariam em seguida todo o trajeto conjugal que os levava até a adoção de Téo. Contaram das dificuldades de ter um filho e, malgrado muitos anos de tratamento e da tentativa de fertilização medicalmente assistida, a senhora F. não conseguiu engravidar. O diagnóstico médico foi um vago “esterilidade inexplicada”. Para eles, a adoção era “a última chance, o bote salva-vidas”. A senhora F. ainda salientaria: “para ser bem franca, no início eu tinha uma esperança secreta, eu tinha ouvido falar durante anos que o fato de conversar com o psicólogo que dá o aval para a adoção poderia provocar algo,

fazendo com que eu engravidasse, mas esse milagre não aconteceu conosco”. Tal assertiva da senhora F. é testemunha do poder “fecundante” que ela associa à palavra (o aval) do psicólogo, seguindo uma lógica imaginária análoga à do pensamento mágico infantil. Percebe-se bem que a renúncia do casal à procriação medicamente assistida não foi necessariamente coincidente com o luto de uma “criança biológica”.

A senhora F. diria ainda que o projeto de adotar tivera também uma motivação humanitária; ela, enfermeira, sempre gostou de “ajudar os outros”. E acrescentaria: “eu não tive uma infância fácil... meu pai morreu de câncer de pulmão quando eu ainda era bem jovem, 9 anos, como o Téo agora, e eu conheço bem o que pode ser a confusão ainda na infância. No caso da adoção de Téo, há também toda a política da China, a regra do filho único que faz com que tantos sejam abandonados. Mas nós estávamos lá para ele... então, sim, todo mundo lucrou com isso, o pequeno e nós. A adoção era uma operação salva-vidas tanto para nós quanto para ele, pois a família dele lá, nós não sabemos de nada, mas eles o deixaram de qualquer forma”.

Nota-se que o discurso sustentado pelo casal se desenrola progressivamente, com o “mito da criança salvadora-salva” terminando por aparecer. A adoção está manifestamente regida pelo signo de uma “operação salva-vidas”, com a clivagem de ímago parentais distinguindo cabalmente o senhor e a senhora F. como as figuras “bons pais podendo oferecer a Téo uma vida melhor”, em oposição aos pais que abandonam, desqualificados e que preferiram não saber de nada.

Seja pelo lado do senhor F., que espera que seu filho seja bem-sucedido onde ele falhou, ou pelo lado da senhora F., que invoca a “confusão de sua infância”, seja na construção especular que eles refletem na biografia de Téo, vemos pais prisioneiros de expectativas narcísicas projetadas sobre uma criança. Durante a entrevista, Téo havia parado de desenhar para apenas escutar o discurso parental, sem dizer qualquer palavra. Quando o felicitamos pelo desenho, o pai interrompe: “Seria mais interessante que ele fizesse cálculos em vez de desenhar, aliás, para fazer um pouco de pressão positiva, nós confiscamos o cofrinho onde ele guardava suas moedas, e não permitimos que ele fosse no último passeio escolar. A gente tem que fazer com que ele entenda de alguma forma. Mesmo assim, nós somos justos, se ele tirar notas boas, vamos dobrar a mesada dele, e prometemos que ele teria o direito de assistir televisão à noite conosco, uma vez por semana, mesmo se ele tiver aula no dia seguinte”.

A questão financeira é novamente invocada no discurso parental. Isso se faz pela via de uma espécie de negociação entre performance escolar e afetividade, o que coloca no cerne da questão a dívida simbólica e as contas a serem regradas. O laço pais-filho se organiza aqui sob a égide de uma relação ao dinheiro que instala uma dominação que passa pelo financeiro. Nesse contexto, aliás, pode-se calcular

bem as razões pelo qual a semântica sintomática de Téo aparece exatamente na sua relação com a matemática. Com efeito, a aprendizagem da matemática supõe a submissão às regras da lógica das cifras. Assim, para Téo, supomos, calcular ultrapassa a referência à operação numérica e, bem além de um mero esforço cognitivo, mobiliza uma ressonância afetiva imaginária que engaja em seu foro íntimo as imagens parentais. O laço de filiação adotiva parece apoiar-se realmente num sistema contábil que faz ressonar o sofrimento partilhado da criança e dos pais. Os últimos, confrontados à infertilidade, foram tomados por um “querer um filho a qualquer preço”, o que os conduziu à adoção. Face à imensidão das expectativas, a criança adotada não poderia ser nada além de “decepcionante”.

Para o senhor e a senhora F., Téo foi de um extremo a outro: de “criança maravilhosa e salvadora” a “filho decepcionante”. Os pais de Téo não tiveram qualquer tipo de “retorno com o investimento” e acabaram se chocando com a irredutível diferença que entrava o movimento de afiliação, tanto que o pai terminaria por enunciar: “no mais, não sabemos absolutamente nada do passado do nosso filho”. A propósito disso, a senhora F. explica que, quanto a ela, “eu não quis saber de nada”.

Quando o casal esteve na instituição onde se encontrava Téo, foi-lhes proposto conhecer todos os dados do dossiê do garoto. Contudo, eles preferiram não receber qualquer informação. No mesmo hotel onde estiveram hospedados, um outro casal lhes confidenciara a descoberta de que a menina que eles iriam adotar tinha como mãe biológica uma prostituta, e eles temiam que o mesmo pudesse ser o caso de Téo.

Diante disso, um fantasma de “sexualidade transgressiva” infiltrou as representações parentais, acompanhado do sentimento inconsciente de culpa alimentado pelo caráter inabitual do laço de filiação adotiva. Como consequência dessa escolha, Téo se viu condenado a jamais poder acessar uma parte importante de sua história, esta permanecendo alijada sob a sombra de segredo. Além disso, cabe ressaltar que o aniversário de Téo é celebrado não no seu dia de nascimento, mas no de adoção, numa tentativa de anulação inconsciente da cena da origem da vida.

Esta neblina na cadeia temporal parece também ter seu efeito no que diz respeito à dificuldade, para Téo, em se orientar na ordem requisada pelo universo da matemática. Tomando a palavra, Téo explica que ele está “sempre perdido, desorientado”, tendo sobretudo dificuldade de se lembrar da tabuada: “não tenho memória nenhuma”. Téo, a “criança sem memória”, condenado a ser uma “criança sem história”, sendo interdito a ele o “acesso ao saber”. Tudo isso num prolongamento inconsciente da posição de privação de suas origens, o que foi escolhido por seus pais adotivos. A parte de insabido inerente ao laço de filiação adotiva parece, por conseguinte, se atualizar no desconhecimento (“não tenho

memória nenhuma”) que se aloja em significantes como “número” ou “cifra”, os quais se encontram no coração do ensino da matemática. As operações de subtração e de divisão, aliás, revelam-se altamente angustiantes para Téo, que revive nessas operações aritméticas suas angústias existenciais cuja experiência traumática de abandono tatuara a questão da castração.

Em seguida, ainda em uma das entrevistas iniciais, a senhora F. revela que ela fora em sua infância vítima de um estupro cometido por seu avô materno. Esse segredo, que havia sido até aquele momento revelado apenas à sua irmã e ao marido, é então ouvido por Téo, ali mesmo, durante a sessão. Novamente, reconhecemos a aparição da questão da sexualidade transgressiva que não deixa de fazer eco com o imaginário parental que transita nos eventos relacionados à concepção de Téo e à questão do fantasma da prostituição da mãe biológica.

O “insabido” se mistura não somente à história de Téo, mas também na das gerações anteriores do mito familiar parental. Como consequência, Téo é portador de uma herança psíquica que tangencia uma sexualidade frequentemente transgressiva, num imaginário que nutre o “mito da criança salvadora-salva”, deixando-o prisioneiro de uma missão de reparação narcísica que atinge também aqueles que o precederam. Articulando essa constelação mítica ao discurso parental, os pais de Téo puderam aos poucos visitar estas zonas nebulosas através da orientação provocada pelo efeito da palavra.

Lentamente, Téo foi tomando a palavra para si e enunciando sentenças onde seu desejo parecia começar a se albergar. Seu objeto de trabalho foi o de conceber um lugar no qual sua história pudesse ser revisitada diante de seus olhos e ouvidos; Téo podendo passar a se orientar nas cifras do que havia sido perdido — como o acesso à história pré-adotiva. É, portanto, num processo de adoção recíproca que se inscreve simbolicamente, que Téo e seus pais poderão, conjuntamente, transplantar com sucesso a genealogia que propõe um ato como o de uma adoção.

CONCLUSÃO

Em suma, a criança adotada deve poder assumir seu lugar em uma mitologia familiar que deixe um espaço suficiente para sua diferença, e que tolere uma pré-história através da qual seja possível escapar à lógica de contabilidade que, por vezes, a posição de dívida de uma adoção pode provocar. Cruzando movimentos de identificação e princípio de diferenciação, a criança adotada poderá construir seu sentimento de pertencimento familiar sem ser constrangida por certos laços de herança que impeçam o que seria o transplante de uma mitologia familiar parental.

Tal como toda e qualquer família, a família adotiva deve se construir entre sonhos e realidade, desenvolvendo sua capacidade de “jogo” num sentido winnicotiano do termo, onde o que se coloca em marcha é a sua capacidade de transformação. Trata-se realmente de um percurso singular, que implica todos membros atuais de uma família, mas que também atualiza todos aqueles do passado. Isso fica cada vez mais evidente na cena política e social francesa contemporânea, já que a circulação de pessoas, culturas, religiões e mitos é muito forte, ao passo que nos deparamos frequentemente com tentativas, particularmente por parte das grandes políticas, de evitar que essa circulação, em seus efeitos, seja problematizada e encarada.

Para finalizar com uma constatação até mesmo etnográfica, dada a implicação dos autores em diferentes espaços de cuidado psicossocial, ensino e pesquisa, pode-se falar em um endurecimento dessa capacidade de “jogo” com os mitos singulares, familiares e sociais. Não que a eles seja negado o direito de existir; muito pelo contrário, mitos como o de “crianças adotadas por pais homossexuais”, “filhos adotados em culturas diferentes”, “os efeitos sobre um casal das técnicas de reprodução medicalmente assistida” etc., têm sido como que gravados em pedra, deixando pouco espaço para que os sujeitos a eles submetidos possam deles se apropriar e narrá-los a partir de suas histórias de vida.

Recebido em: 24 de outubro de 2015. Aprovado em: 4 de junho de 2016.

REFERÊNCIAS

- ANZIEU, D. *Le groupe et l'inconscient*. Paris: Dunod, 1978.
- EIGUER, A. *Un divan pour la famille: du modèle groupal à la thérapie familiale psychanalytique*. Paris: Le Centurion, 1983.
- FREUD, S. *Le roman familial des névrosés*. In: _____. *Le roman familial des névrosés et autres textes*. Paris: Payot et Rivages, 2014.
- _____. *L'intérêt de la psychanalyse*. In: _____. *Résultats, idées, problèmes*. Paris: PUF, 1984. T. 1. 1890-1920.
- LACAN, J. *Les complexes familiaux dans la formation de l'individu: essai d'analyse d'une fonction en psychologie*. In: _____. *Autres écrits*. Paris: Seuil, 2001.
- LAPLANCHE, J. *Nouveaux fondements pour la psychanalyse*. Paris: PUF, 1987.
- LÉVI-STRAUSS, C. *L'efficacité symbolique*. In: _____. *Anthropologie structurale*. Paris: Plon, 1958. P. 205-226.
- _____. *L'homme nu*. Paris: Plon, 1971.
- NEUBURGER, R. *Le mythe familial*. Italie: ESF, 2011.

- NOËL, J. Secret des origines et origine du secret. In: *Le Journal des Psychologues*, n. 113, p 28-29, 1985.
- ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.
- RUFFIOT, A. Fonction mythopoïétique de la famille: mythe, fantasme, délire et leur genèse. *Le Divan Familial*, n. 26, p. 143-164. 2011.
- VEUILLET, C. La démarche conjugale d'adoption: l'enfant sauveur-sauvé. *Dialogue*, n. 151, p. 95-101, 2001.

Claudine Veillet Combier
c.veillet@bbox.fr

Gabriel Binkowski
gabriel.binkowski@gmail.com